

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2020.

À Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE)
Rod. Papa João Paulo II, 4001, Prédio Gerais, 08º andar – Serra Verde
31630-901, Belo Horizonte/MG

Exmo. Sr. Marcelo Ladeira Moreira da Costa
Superintendente de Política Minerária, Energética e Logística

Exmo. Sr. Pedro Oliveira de Sena Batista
Diretor de Energia

Ref.: Consulta Pública SEDE nº 18/2020 - Revisão da legislação do Mercado Livre de Gás Natural em Minas Gerais.

Prezados Senhores,

A ABEGÁS – Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado, entidade que reúne as empresas concessionárias de distribuição de gás canalizado no Brasil, vem acompanhando o processo de revisão de normas estaduais referentes ao mercado livre de gás, conforme Consulta Pública 18/2020, instaurado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede).

Entendemos que no estágio inicial em que se encontra o mercado livre em todo o país, inclusive, na dependência da aprovação do Projeto de Lei nº 4476/2020 em trâmite no Senado Federal, a SEDE deveria evitar alterações nos parâmetros das regulações existentes para não gerar muitas incertezas, complexidades e resultados pouco significativos.

A ABEGÁS sugere que em todas as regulamentações estaduais se privilegiem nas fases iniciais de implantação, os grandes consumidores, onde o preço do gás é relevante na tarifa e qualquer redução de preço na comercialização do gás resultará em economia significativa.

Apresentamos na tabela que segue nossas considerações sobre cada um dos dispositivos da proposta.

Redação da Minuta	Nova Redação	Justificativa
<p>Art. 1º - O parágrafo 1º do art. 3º da Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 3º - [...]”</p> <p>§ 1º - A livre comercialização se aplica a todos os segmentos de mercado e àqueles usuários que tenham condições de participar do mercado livre conforme disposto em Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013 ou dispositivo que venha substituí-la.”</p>	<p>Manter redação original e vigente na Resolução SEDE nº 18/13, ou seja, sem alteração.</p>	<p>Não vemos sentido na extensão da livre comercialização para usuários residenciais e comerciais. Trata-se de usuários de pequeno porte e o custo das transações superam em muito os eventuais benefícios obtidos. Observa-se que mesmo no setor elétrico que já dispõe de regulamentação sobre o consumidor livre a mais de 20 anos, não é permitido aos consumidores de pequeno e médio porte se converterem em consumidores livres; discute-se atualmente o início da regulação a partir de 2024. Na regulamentação de gás canalizado do estado de São Paulo, por exemplo, já é estabelecido no Contrato de Concessão que os usuários residenciais e comerciais não poderão se tornar usuários livres. A razão é muito simples e de ordem prática e econômica: enquanto nas tarifas dos segmentos termoeletrico, cogeração, grande indústria, a participação do preço do gás na tarifa final paga pelo consumidor varia de 70% a 90% do valor final; no segmento residencial e comercial, o preço do gás, em geral, corresponde a apenas 15% a 20% da tarifa.</p> <p>No mercado livre, o consumidor tem como objetivo uma redução tarifária nos custos do gás, já que a margem de distribuição continuará a ser semelhante à aplicada ao segmento cativo. No caso da proposta de Minas Gerais, tendo em vista que é estabelecida a necessidade de um volume mínimo de 5 mil m³/dia para o consumidor livre, torna-se sem sentido a extensão dessa possibilidade aos usuários residenciais e comerciais, tendo em vista que esse volume raramente pode ser atingido. Concordamos com a liberação para o segmento veicular.</p>
<p>Art. 2º - Os incisos XII e XIII da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º - [...]”</p> <p>XII - CONSUMIDOR CATIVO: consumidor de gás que não tiver condições ou que não exerceu a opção de adquirir o gás de um</p>		<p>Estamos de acordo com a redação desse dispositivo.</p>

<p>comercializador, agente produtor ou importador;</p> <p>XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega que exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;”</p>		
<p>Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 3º - [...]</p> <p>I - Para consumidor potencialmente livre já atendido pela concessionária ter volume contratado no âmbito do mercado livre de pelo menos o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia);</p> <p>II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre, desde que possua contrato de fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, por um período mínimo de 1 (um) ano; e que o volume contratado seja no mínimo o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia).</p> <p>§ 1º - O consumidor livre deverá ter consumo diário médio, computado em período de doze meses, igual ou superior a 5.000 m³ (cinco mil metros cúbicos), para permanecer na condição de consumidor livre.</p> <p>[...]</p>	<p>Manter redação original e vigente na Resolução SEDE nº 17/13, ou seja, sem alteração.</p>	<p>Consideramos desnecessária essa redução do volume, tendo em vista que o volume vigente atual de 10 mil m³/dia não foi ainda testado e corresponde a um número e volume total de usuários significativo no âmbito da GASMIG. A justificativa para a redução do volume é de que os clientes da concessionária com consumo diário superior a 10.000 m³/dia, atualmente correspondem a 34 clientes potencialmente livres em Minas Gerais, os quais representam 69% do volume diário contratado pela concessionária. Com a redução do volume mínimo de consumo médio de 5.000m³/dia, haveria um acréscimo de 23 consumidores potencialmente livres em Minas Gerais. Com isso, o volume de gás canalizado que poderia ser comercializado no ambiente de contratação livre chega a 76% do volume atualmente distribuído pela concessionária.</p>

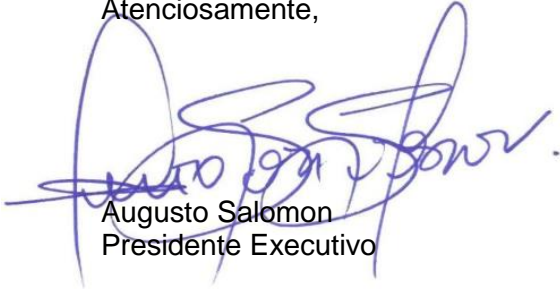
Sem correspondente	<p>Sugerimos acrescentar a seguinte redação</p> <p>Art. 3º-A Fica estabelecido um volume máximo anual para a migração de consumidores para o mercado livre em volume correspondente a 10% do volume total contratado pela Concessionária. Parágrafo único. No caso de existir consumidor potencialmente livre com volume maior do que o referenciado no caput desse artigo, ele pode migrar para o mercado livre, ainda que, o volume ultrapasse o limite dos 10%.</p>	<p>Importante observar que 69% do volume diário já é extremamente elevado, expondo a concessionária a riscos desnecessários no caso de descontratação no suprimento. Entendemos que para o valor de 10 mil m³/dia atualmente estabelecido, estabelecemos proposta de existência de um cronograma para que o advento do mercado livre pudesse se dar de forma gradativa. Por exemplo, o art. 3º-A proposto sugere que não se exceda mais do que 10% ao ano, a migração para o mercado livre. A exceção única proposta é para o caso de existir um consumidor potencialmente livre com volume superior a 10%. Nesse caso, estaria autorizada a sua migração.</p>
<p>Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 3º - [...]”</p> <p>§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 120 dias antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.”</p>	<p>Proposta de redação:</p> <p>“Art. 3º - [...]”</p> <p>§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 180 dias antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.”</p>	<p>Consideramos o prazo exíguo e essa questão deve guardar correlação com a possibilidade de descontratação nos contratos de suprimento vigentes pela GASMIG. Certamente em novos contratos, a GASMIG pagará mais caro pelo gás destinado aos consumidores cativos se existir cláusula com possibilidade de descontratação em apenas 120 dias. Justifica o regulador, ao propor a redução do prazo de 180 dias para 120 dias de que a medida visa facilitar a opção do consumidor potencialmente livre para entrar no mercado livre. Não é razoável que um contrato de suprimento possa ter tamanha flexibilidade no sentido de que até 76% do volume contratado possa ser descontinuado em prazo de apenas 120 dias. Certamente, o preço do gás refletirá esse risco, onerando os consumidores cativos.</p>
<p>Art. 4º - Fica acrescentado o art. 5º-A à Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013:</p> <p>“Art. 5º-A – A concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais deverá apresentar ao regulador, no prazo de 60 dias contados da publicação desta resolução, proposta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado para homologação,</p>	<p>Proposta de redação:</p> <p>“Art. 5º-A – A concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais deverá apresentar ao regulador, no prazo de 180 dias contados da publicação desta resolução, proposta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado para homologação, em que serão definidas obrigações</p>	<p>Em vista da complexidade das questões a serem contratualizadas, consideramos o prazo exíguo. O contrato em questão é o denominado CUSD (contrato de uso do sistema de distribuição). Esse contrato estabelece as relações entre o consumidor livre e a concessionária e refere-se à movimentação de gás por parte da concessionária entre o <i>city gate</i> e a instalação do consumidor livre. Deve dispor esse contrato de um conjunto abrangente de cláusulas, por exemplo, a identificação do consumidor livre, sua localização; identificação do(s) ponto(s) de</p>

em que serão definidas obrigações mínimas da concessionária e dos consumidores livres.”	mínimas da concessionária e dos consumidores livres.”	recepção e do ponto(s) de entrega; condições de qualidade, pressões no ponto de recepção e no ponto de entrega, e demais características técnicas do serviço de distribuição; capacidade contratada; quantidade diária retirada; os critérios de medição; a tarifa; as regras para faturamento e pagamento pelo serviço de distribuição; critérios de reajuste e revisão, bem como indicação dos encargos fiscais incidentes; cláusula específica que indique a obrigação de sujeição à superveniência das normas regulatórias da SEDE; penalidades aplicáveis às partes, conforme a legislação em vigor; penalidades por atraso no pagamento das faturas e por erro de nominação; cláusula condicionando a eficácia jurídica do contrato de uso da rede de distribuição à homologação pela SEDE; e, a data de início do serviço de distribuição e o prazo de vigência contratual. Em vista da complexidade das questões a serem contratualizadas, consideramos que o prazo de 60 dias é exíguo, propondo-se um prazo de 180 dias.
<p>Art. 5º - Fica acrescentado o art. 25-A à Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013:</p> <p>“Art. 25-A – A cada Revisão Tarifária, o regulador definirá o desconto a ser aplicado sobre a tarifa para os consumidores livres.</p> <p>Parágrafo único – o desconto tratado no caput será expresso em valor percentual que será aplicado à margem de distribuição da concessionária livre de impostos, e representará os custos de comercialização.”</p>	Sem modificações.	<p>A SEDE justificou que por ocasião da Primeira Revisão Tarifária Periódica da concessionária de distribuição de gás natural em Minas Gerais (GASMIG) publicou a Resolução nº 8, de 18 de setembro de 2019, aprovando a Receita Requerida, a Margem Média e o Índice de Reposicionamento Tarifário Ordinário da concessionária GASMIG para o Ciclo Tarifário 2018-2022.</p> <p>No mesmo processo de revisão tarifária, foram apurados os custos de comercialização de gás canalizado, definindo-os como um desconto de 1,75% na tarifa de distribuição de gás canalizado atualmente praticada pela concessionária. Esse percentual será aplicado aos consumidores que optarem pela migração ao mercado livre de gás. O percentual deverá ser reavaliado a cada revisão tarifária.</p> <p>Estamos de acordo com a proposta do regulador. O assunto deve ser revisto nas revisões tarifárias quinquenais.</p>

A ABEGÁS, por oportunidade da Consulta Pública SEDE nº 18/2020, apresenta subsídios e comentários com vistas a contribuir com o aprimoramento da normativa estadual em análise, considerando a relevância de ser manter regulação adequada do mercado livre de gás no estado de Minas Gerais.

Sem mais para o momento, expressamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Augusto Salomon
Presidente Executivo